

A educação profissional e tecnológica como política pública na Amazônia Ocidental: reflexões sobre o caso do instituto federal do acre

The vocational educational and training as public policy in the Western Amazon: reflections on the case of the federal institute of acre

La educación profesional y tecnológica como política pública en la Amazonia Occidental: reflexiones sobre el caso del instituto federal de acre

Jefferson Bissat Amim

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Rio Branco, Acre, Brasil
amim.jefferson@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-7360-5778>

Luís Pedro de Melo Plese

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Rio Branco, Acre, Brasil
pedro.plese@ifac.edu.br | <https://orcid.org/0000-0001-5478-0995>

Kelen Gleyse Maia Andrade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Rio Branco, Acre, Brasil
kelen.dantas@ifac.edu.br | <https://orcid.org/0000-0002-0224-3335>

José Jair Maldaner

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Palmas, Tocantins, Brasil
jair.maldaner@ifsc.edu.br | <http://orcid.org/0000-0002-8288-6583>

Marcelo Rythowem

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Palmas, Tocantins, Brasil
marcelo@ifto.edu.br | <https://orcid.org/0000-0001-5819-3800>

Resumo

Esta pesquisa de revisão bibliográfica e documental tem como objetivo analisar o papel do Instituto Federal do Acre como política pública de EPT no contexto da Amazônia brasileira. Utilizando uma abordagem metodológica baseada em uma análise crítica de fontes secundárias, a pesquisa explora os resultados e desafios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) na oferta de uma educação pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e emancipatória no contexto da Amazônia Ocidental. Os resultados indicam que, apesar dos avanços significativos, persistem desafios relacionados à interiorização e ao custo amazônico. O artigo contribui para um debate abrangente sobre o reconhecimento da EPT como uma Política Pública de Estado prioritária, destacando a necessidade de políticas específicas para enfrentar as particularidades da região.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Políticas Públicas em EPT; Custo Amazônico.

Artigo recebido em: 20/09/2024 | Aprovado em: 27/12/2024 | Publicado em: 10/01/2025

Como citar:

AMIM, Jefferson Bissat; PLESE, Luís Pedro de Melo; ANDRADE, Kelen Gleyse Maia; MALDANER, José Jair; RYTHOWEM, Marcelo. A educação profissional e tecnológica como política pública na Amazônia Ocidental: reflexões sobre o caso do instituto federal do acre. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 15, p. 1-19, e45903, 2025. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2024.v15.45903>.

Abstract

This review research aims to analyze the importance of Vocational Educational and Training (VET) for economic development and social emancipation. Using a methodological approach based on a critical analysis of secondary sources, the research explores the results and challenges faced by the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Acre (IFAC) in providing a public, free, high-quality, inclusive, and emancipatory education in the context of Western Amazon. The findings indicate that, despite significant progress, challenges related to internalization and the Amazonian cost persist. The article contributes to a comprehensive debate on the recognition of PTE as a priority State Public Policy, highlighting the need for specific policies to address the region's particularities.

Keywords: Professional and Technological Education; Public Policies in PTE; Amazonian Cost.

Resumen

Esta investigación de revisión bibliográfica y documental tiene como objetivo analizar la importancia de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) para el desarrollo económico y la emancipación social. Utilizando un enfoque metodológico basado en un análisis crítico de fuentes secundarias, la investigación explora los resultados y desafíos del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Acre (IFAC) en la oferta de una educación pública, gratuita, de calidad, inclusiva y emancipadora en el contexto de la Amazonia Occidental. Los resultados indican que, a pesar de los avances significativos, persisten desafíos relacionados con la interiorización y el costo amazónico. El artículo contribuye a un debate amplio sobre el reconocimiento de la EPT como una Política Pública de Estado prioritaria, destacando la necesidad de políticas específicas para enfrentar las particularidades de la región.

Palabras clave: Educación Profesional y Tecnológica; Políticas Públicas en EPT; Costo Amazónico.

1 Introdução

Uma Política Pública de Estado deve atuar no espectro da busca pelo desenvolvimento dos grupos sociais. A fragilidade e a descontinuidade de projetos para o desenvolvimento da educação profissional decorrem, em parte, da fragmentação de medidas governamentais em diversos programas (Grabowski, 2014). As tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas também são relevantes para compreender os desafios enfrentados nesse campo e suas dimensões de avaliação (Arretche, 2013).

A Educação Profissional, Científica e Tecnológica deve ser tratada como uma política pública indutora do desenvolvimento social e econômico, materializada por meio de suas ações institucionais de ensino, pesquisa e extensão. Isso pode ser desafiador, dados os fatores e características regionais em um país de dimensões continentais como o Brasil.

Nesse contexto, é essencial vislumbrar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como um instrumento crucial para a inserção sustentável da indústria brasileira em um mercado cada vez mais competitivo. Portanto, o investimento na formação profissional é vital para a promoção efetiva da cidadania e a retomada do crescimento econômico contínuo do país, gerando melhores oportunidades de emprego e renda para jovens e adultos por meio de uma formação omnilateral transformadora (Saviani, 2007).

A EPT pode proporcionar aos indivíduos as condições necessárias para o despertar de uma consciência cidadã, promovendo práticas educativas inspiradas na perspectiva do trabalho não alienado e oferecendo capacidade de planejamento e gestão de sua execução. Além disso, ao considerar alternativas à perspectiva tecnicista, a formação tecnoestética emerge como uma abordagem relevante. Essa concepção visa problematizar o papel da educação profissional e tecnológica no

atual contexto do desenvolvimento, compreendendo as interfaces entre política, educação, cultura, arte, sociedade e tecnologia (Freire, 2012; Freire, 2014; Freire, 2018).

Para o sucesso dessa política pública, torna-se imprescindível a gestão democrática e eficiente das ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando maior celeridade, economicidade e eficiência na implementação da EPT como política pública.

Refletir sobre as bases e a importância da educação profissional, científica e tecnológica como uma política pública de Estado, estratégica e prioritária, é fundamental para que sua gestão seja idealizada e orientada por esses princípios. Além disso, é necessário considerar a interface entre a gestão administrativa e pedagógica no contexto de uma Rede Federal de EPT grandiosa em números e cujo modelo de verticalização é único no mundo.

A oferta de EPT deve ser materializada por meio de ações intencionais e sistematizadas sobre uma base sólida de educação geral, científico-tecnológica e sócio-histórica, sendo por concepção e norma parte integrante e indissociável da Educação Nacional.

Nesse contexto, o presente artigo se propõe a refletir sobre a EPT como Política Pública no contexto da Amazônia e examinar o papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), apesar dos desafios logísticos e do custo amazônico, na verticalização da pesquisa, ensino e extensão, e na implementação e consolidação da política pública de EPT no Acre, o estado mais ocidental da Amazônia.

2 Metodologia

O estudo utilizou uma abordagem qualitativa e exploratória para analisar a educação profissional, científica e tecnológica como política pública no Instituto Federal do Acre (IFAC). Baseando-se em conceitos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e em estudos de autores como Grabowski, Maldaner, Manacorda, Pacheco e Saviani, a pesquisa incluiu o exame de legislações brasileiras e documentos do IFAC, como o Planejamento Estratégico (2017) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2021). A pesquisa bibliográfica, destacada por Gil (2008) por sua abrangência, foi essencial para abordar fenômenos históricos e dispersos.

O corpus da pesquisa consistiu em 11 obras publicadas entre 2007 e 2024, incluindo artigos científicos, teses, dissertações, livros e documentos oficiais, acessados através de plataformas como o Observatório do ProfEPT, Google Acadêmico, Scielo e o Portal do IFAC. As palavras-chave utilizadas foram "Educação Profissional", "Gestão" e "Política Pública".

A metodologia seguiu três etapas: (1) levantamento de material bibliográfico e documental, (2) análise detalhada das informações coletadas sobre a EPT como política pública e o papel do IFAC em ensino, pesquisa e extensão, e (3) reflexão sobre os resultados e desafios enfrentados pelo IFAC na Amazônia Ocidental.

3 Resultado e discussão

3.1 Reflexão sobre a educação profissional e tecnológica

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o planejamento e a gestão devem ser concebidos não apenas como conteúdos, mas como espaços de aprendizagem que integram conteúdo, método e forma (Grabowski, 2014).

Historicamente, o Ensino Profissionalizante no Brasil desempenhou um papel marcado por uma perspectiva dualista e segregatória, oferecendo uma formação predominantemente rápida, concebida para atender às demandas imediatas do mercado de trabalho (Manfredi, 2016). Essa abordagem refletiu e reproduziu desigualdades sociais e educacionais, direcionando majoritariamente estudantes de classes populares para percursos educativos que privilegiavam a inserção no mercado em detrimento de uma formação integral.

Nas últimas décadas, no entanto, a configuração da educação profissional e tecnológica no país passou por significativas transformações, culminando na formação de uma ampla rede nacional de instituições técnicas. Essas instituições promoveram uma articulação entre escolarização e profissionalização por meio da ciência e da tecnologia, sendo extremamente reconhecidas por sua excelência. Além disso, outros atores relevantes, como o Sistema S e instituições como o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), no estado de São Paulo, também desempenham papéis essenciais no fortalecimento da EPT no Brasil (Manfredi, 2016).

Essa evolução aponta para uma proposta educacional que busca superar o dualismo histórico e promover uma formação que responda tanto às necessidades do mercado quanto às demandas por uma educação de qualidade e equitativa.

Hoje, há um consenso crescente entre trabalhadores, movimentos sociais, representantes políticos, empresários e educadores sobre o papel da Educação Profissional como instrumento de emancipação, inclusão no mercado de trabalho e formação cidadã.

[...] por ter caráter histórico, o trabalho cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, que é tanto *omnilateral* em sua produção quando em seu consumo, e o trabalho não aparece como trabalho e sim como pleno desenvolvimento da própria atividade, na qual desaparece a necessidade natural em sua forma imediata, porque em seu lugar colocou-se uma forma historicamente desenvolvida. (Manacorda, 2010, p.68).

Essa visão destaca a importância de uma educação profissional que desenvolva o indivíduo integralmente, capacitando-o a participar ativamente de uma sociedade justa e a se inserir no mercado de trabalho. Cabe ao Estado criar oportunidades de qualificação profissional para reduzir disparidades sociais e incluir trabalhadores nos processos produtivos, científicos e inovadores. A

qualificação deve ser uma estratégia de longo prazo para promover equidade social e desenvolvimento sustentável, contexto em que surgem os Institutos Federais.

A implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas em curso para a educação profissional e tecnológica. Para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos, necessariamente, pela expansão da rede federal; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EaD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, com a formação de mais mestres e doutores, e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). (Pacheco, 2010, p. 15).

Para assegurar a continuidade e qualidade do ensino, é crucial que essas iniciativas sejam acompanhadas por políticas públicas que adaptem os currículos às necessidades dos alunos, utilizando metodologias que incentivem o sucesso escolar. Isso envolve a formação contínua de professores, a incorporação de tecnologias educacionais e o suporte pedagógico e psicológico em ambientes que valorizem a diversidade cultural. A implementação dessas políticas deve ser integrada com ações governamentais e contar com a participação da sociedade civil, do setor privado e das instituições de ensino.

A educação deve ser vista como um direito fundamental e um poderoso instrumento de emancipação, central para as políticas de qualificação profissional. O Estado tem a responsabilidade de promover a justiça social, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, capazes de transformar suas vidas e a sociedade como um todo.

3.1.1 Educação profissional e tecnológica enquanto política pública

A mundialização e as perspectivas neoliberais, aliadas à precarização do trabalho, impõem à classe trabalhadora uma realidade desigual, dificultando o acesso a um ensino qualitativo emancipador e transformador. Neste contexto, Grabowski (2014) observa que:

As condições e transformações do mundo do trabalho, as novas tecnologias, a globalização, o desemprego de milhões de trabalhadores, o acúmulo histórico e teórico da comunidade educacional e científica, a baixa escolaridade, a baixa qualificação profissional e a segregação social em suas mais cruéis dimensões são fatores concretos que justificam a necessidade de uma Educação Profissional, Científica e Tecnológica como uma política pública de estado prioritária e estratégica. (Grabowski, 2014, p.12).

Uma Política Pública de Estado deve operar com o objetivo de promover o desenvolvimento social, abordando diretamente a segregação social e os elevados índices de desemprego, baixa escolaridade e qualificação profissional.

Para isso, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) precisa ser reconhecida como uma estratégia essencial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável, atuando como uma força social, cultural, política e econômica emancipadora. A educação tem o potencial de reduzir o abismo entre as tecnologias avançadas e a economia competitiva, por um lado, e a exclusão social, por outro.

Os Institutos Federais, com sua proposta singular de organização e gestão, dialogam com as realidades regionais e locais em sintonia com o global, tecendo uma rede social que responde às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo com arranjos e tecnologias educacionais próprias (Pacheco, 2010, p. 26).

É essencial promover políticas públicas integradas que abarquem áreas como Agricultura, Trabalho e Renda, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Saúde, e Inclusão Social para Pessoas com Deficiência (PCDs), apenados e jovens em conflito com a lei. A educação profissional deve atuar como um instrumento de inclusão social e cidadania, oferecendo oportunidades reais de desenvolvimento. Isso requer uma abordagem holística e colaborativa, envolvendo governo, instituições educacionais, ONGs, empresas e a comunidade. A educação deve ser valorizada como um direito fundamental e um pilar para construir uma sociedade justa, com o Estado promovendo justiça social e garantindo acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para todos os cidadãos.

Maldaner (2016) enfatiza que:

As políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Política pública é a ação intencional do Estado junto à sociedade. Assim, por estar voltada para a sociedade e envolver recursos sociais, toda política pública deve ser sistematicamente avaliada do ponto de vista de sua relevância e adequação às necessidades sociais, além de abordar os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade das ações empreendidas. (Maldaner, 2016, p.69).

A política de educação profissional deve ser baseada em uma concepção de Educação Integral e Profissionalização qualificada, visando uma formação completa e básica complementada pela profissionalização efetiva. Como política pública prioritária, a Educação Profissional deve integrar ensino científico, tecnológico e humanista, guiando-se por decisões que considerem os impactos sociais e ecológicos das técnicas produtivas. Esse processo de aprendizagem deve combinar a produção de conhecimento com saberes acumulados para desenvolver tecnologias socioeconomicamente e ambientalmente adequadas.

A Educação Profissional desperta a consciência cidadã, promove o trabalho não alienado e capacita os alunos a planejar e gerir suas atividades, permitindo-lhes compreender e influenciar criticamente os processos produtivos e contribuir significativamente para a sociedade e o meio ambiente.

Saviani (2007) argumenta que:

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana, não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos

próprios homens. O que o homem é é-o pelo trabalho. A essência humana é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda, se complexifica ao longo do tempo, é um processo histórico. (Saviani, 2007, p.154).

O processo de aprendizado deve proporcionar uma visão global das etapas produtivas e seu gerenciamento, promovendo o desenvolvimento integral do ser humano e reduzindo discriminações. O objetivo é a prática cidadã, articulando conteúdo e metodologia para capacitar tecnicamente e permitir a elaboração de projetos de vida, identidade e consciência de direitos, com uma gestão democrática e inclusiva.

A Educação Profissional deve formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, preparados para atuar de forma crítica na sociedade, integrando diversas disciplinas em um ambiente colaborativo. Alinhando conteúdo educacional a práticas que incentivam a participação e a reflexão crítica, a Educação Profissional contribui para uma sociedade mais justa. Sua gestão democrática, que envolve a comunidade e valoriza a diversidade, é essencial para alcançar esses objetivos. Assim, a Educação Profissional é fundamental para o desenvolvimento integral do ser humano, preparando-o para enfrentar desafios com competência técnica, consciência crítica e responsabilidade cidadã.

3.1.2 Gestão orientada por conceitos bases

A gestão da Educação Profissional nos Institutos Federais deve seguir princípios como a formação omnilateral (Saviani, 2007). Conforme preconizado pela **Lei Federal nº 11.892/2008**, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais, e pela **Resolução CNE/CP nº 01/2021**, que define como Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, a construção democrática dos currículos deve ser orientada pelo diálogo com os arranjos produtivos locais, pela integração entre o ensino médio e técnico, e pela busca de soluções para os desafios econômicos e tecnológicos regionais.

Ainda, em observância da **Resolução CNE/CP nº 01/2021**, no âmbito da pesquisa e inovação, destaca-se a importância de fomentar projetos de iniciação científica, apoiar a incubação de empreendimentos e garantir a proteção das soluções científicas desenvolvidas. Essas ações devem estar alinhadas às demandas sociais e econômicas locais, promovendo o desenvolvimento sustentável e fortalecendo a competitividade regional, ao mesmo tempo em que se prioriza uma formação educacional que responda de maneira eficaz às necessidades contemporâneas da sociedade.

Na extensão, as diretrizes incluem o diálogo contínuo com a sociedade, fomento ao esporte, e promoção da cultura científica e tecnológica desde a pós-média até a pós-graduação. A extensão tecnológica deve conectar o conhecimento acadêmico às necessidades da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento regional e a inclusão social.

É necessário, ainda, apoiar as micro e pequenas empresas, promover negócios pequenos e cooperativas, desenvolver políticas de geração de trabalho, renda e empregos, revitalizar o sistema produtivo nacional, investir na produção de

conhecimentos tecnológicos e equilibrar o crescimento em todas as áreas: agricultura, indústria, comércio e serviços, diminuindo, desse modo, a dependência externa e afirmando nossa presença soberana de nação frente ao mundo. Esse investimento e compromisso não ocorrerão pelo mercado, pois ele é “responsável” apenas por si e consigo mesmo. Deve ser um esforço desenvolvido pelo estado, indutor de estratégias de desenvolvimento integrado e integrador. (Grabowski, 2014, p.48).

Para Saviani (2007), a Educação Profissional é uma necessidade social, econômica, tecnológica e laboral, atuando em dimensões sociais, políticas e econômicas, permeada pelos valores de justiça, solidariedade, equidade e equilíbrio ecológico. Fundamentalmente, ela promove a cidadania ativa e a qualidade de vida para todos. Como política pública, a Educação Profissional induz a cidadania ao mediar emprego e renda, promovendo o desenvolvimento socioeconômico através do fortalecimento da economia popular e solidária, por meio de qualificação e formação profissional voltadas para a geração de renda e trabalho, articuladas socialmente por iniciativas associativas, cooperativas e autônomas.

A temática da integração entre Ciência, Tecnologia e Sociedade contribui significativamente para o debate sobre as estratégias de organização e gestão da educação profissional, adotando como princípio a democratização e a perspectiva da emancipação humana. Este enfoque permite a construção de um sistema educacional que não só atende às demandas do mercado de trabalho, mas também promove a inclusão social, a sustentabilidade e a justiça social, criando um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos indivíduos e da sociedade.

O que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. (Pacheco, 2010, p. 15).

Ao seguir esses princípios, os Institutos Federais podem desempenhar um papel central na transformação da educação profissional no Brasil, promovendo uma formação que é ao mesmo tempo técnica, científica e humanista, capacitando os alunos para se tornarem cidadãos conscientes e profissionais competentes, preparados para enfrentar os desafios do século XXI.

A Lei Federal nº 9.394/96, afirma que a educação profissional a ser desenvolvida através de ações intencionais e sistematizadas sobre uma sólida base de educação geral, científico-tecnológica e sócio histórica, por concepção e por norma, é parte integrante e indissociável da Educação Nacional. (Grabowski, 2014, p.18).

A organização e gestão estratégica da educação profissional, conforme praticada pelos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, destaca-se por integrar-se ao Sistema Nacional de Educação. Essa abordagem assegura a coerência nas políticas públicas, promove a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e facilita a democratização do acesso ao conhecimento e à qualificação profissional. Com uma estrutura que favorece a formação omnilateral e inclusiva, os Institutos Federais respondem de maneira eficaz às necessidades do mercado de trabalho e da sociedade, contribuindo para a inovação, a competitividade econômica e a redução das desigualdades sociais e econômicas.

Portanto, a gestão estratégica integrada dos Institutos Federais é vista como uma solução mais eficaz e coesa, promovendo uma educação profissional de qualidade alinhada às diretrizes nacionais e às necessidades locais, beneficiando assim toda a sociedade brasileira.

3.2 Interface entre a gestão administrativa e pedagógica

A oferta de educação profissional para o trabalhador deve ser gestada de forma democrática, pois não se trata apenas de capacitação laboral, mas de um efetivo processo de formação para o protagonismo no mundo do trabalho. Assumindo essa premissa como condição necessária, é essencial compreender suas bases conceituais e finalidades no âmbito da Educação Nacional. A educação profissional deve ir além da simples transmissão de habilidades técnicas, promovendo o desenvolvimento integral do indivíduo e sua capacidade de intervir de maneira crítica e ativa na sociedade.

No entanto, o Estado regido pelo sistema capitalista reflete dicotomias estruturais que se manifestam nas políticas educacionais, como a distinção histórica entre propostas de formação profissional externa aos trabalhadores e de formação acadêmica para os futuros dirigentes. Essa dualidade, evidenciada pela organização das escolas em função das origens sociais dos educandos, conforme destacado por Saviani (2007), perpetua a lógica de distribuição de funções sociais baseada na estratificação econômica. Nesse contexto, torna-se necessário construir alternativas que promovam uma educação profissional democrática e inclusiva, rompendo com a perpetuação dessas desigualdades estruturais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) visa superar a dualidade da educação profissional, expandindo o conceito de educação além dos limites escolares e integrando dimensões pedagógicas às relações sociais e produtivas. A educação profissional deve ser sistemática e intencional, baseada em sólida formação geral, científico-tecnológica e sócio-histórica, sendo parte da Educação Nacional. Além de competências técnicas, a formação deve desenvolver cidadãos críticos e participativos, contribuindo para uma sociedade justa. Assim, a educação profissional é uma política pública estratégica, essencial para o desenvolvimento econômico sustentável e a inclusão social.

É necessário, pois, que eles disponham de organizações culturais por meio das quais possam participar, em igualdade de condições com os estudantes universitários, da discussão, em nível superior, dos problemas que afetam toda a sociedade e, portanto, dizem respeito aos interesses de cada cidadão. (Saviani, 2007, p.161).

Preparar os trabalhadores para enfrentar os desafios do mercado de trabalho contemporâneo é crucial, mas deve ser acompanhado pela capacitação para a participação ativa na construção de um futuro melhor para todos. Esta abordagem holística da educação profissional visa não apenas o sucesso individual, mas também o bem-estar coletivo e a sustentabilidade da sociedade como um todo.

3.3 Os números da rede federal de educação profissional científica e tecnológica

Conforme informações disponibilizadas pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), atualmente a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica é composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II (Conif, 2022).

Segundo dados disponibilizados no site do Conif (2024), toda a Rede Federal possui 633 unidades de ensino distribuídas em 578 municípios brasileiros, com mais de 1,4 milhão de matrículas. Essa rede conta com 40 mil servidores, entre docentes e técnicos-administrativos, que desenvolvem mais de 7 mil projetos de extensão e 11 mil projetos de pesquisa aplicada. Esses projetos contemplam os arranjos produtivos locais em todo o país, promovendo o desenvolvimento regional e a inovação.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação, necessárias a uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa. (Pacheco, 2010, p. 11).

A Rede Federal possui nove polos de inovação que conectam pesquisa acadêmica com as necessidades do mercado, promovendo inovação e o desenvolvimento de tecnologias que beneficiam diversos setores econômicos. Ela também mantém cooperação técnica com 30 países, ampliando o intercâmbio de conhecimentos e fortalecendo a inovação e a qualidade do ensino e pesquisa. Esta estrutura diversificada é crucial para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável no Brasil, oferecendo educação de qualidade e formando cidadãos críticos e inovadores para o mercado de trabalho e a sociedade.

É neste sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado (Pacheco, 2010, p. 13).

Por meio dessa rede, o Brasil pode enfrentar de maneira mais eficaz os desafios do século XXI, promovendo a equidade, a justiça social e o crescimento

econômico sustentável. A educação profissional, científica e tecnológica, ao ser valorizada e expandida, se torna um pilar essencial para o desenvolvimento nacional, integrando conhecimentos, habilidades e valores que impulsionam o progresso e a inovação em todas as regiões do país.

3.4 A verticalização do ensino na rede federal

O processo de verticalização do ensino está alicerçado sob as novas diretrizes para a educação tecnológica no Brasil, indo além dos espaços tradicionais de formação e envolvendo diferentes etapas de forma integrada e comunicativa que permeiam o mundo do trabalho e seus desafios. Nesse contexto, ensino, pesquisa e inovação tecnológica transitam e se interconectam, criando uma interface dinâmica e produtiva.

Essa organização pedagógica verticalizada, da educação básica a superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado. (Pacheco, 2010, p. 13).

Para Pacheco (2010), discentes, docentes, extensionistas e pesquisadores operam como construtores do conhecimento e criadores de soluções ágeis para atender aos grandes desafios do mundo do trabalho moderno e dinâmico. Eles aliam aprendizagem, produção de conhecimento e técnica de trabalho, resultando em produtos que refletem fielmente o grande paradigma da educação, ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento de profissionais plenos e aptos para o trabalho e a produção, em meio a processos correlacionados que promovem a emancipação social.

A verticalização, por seu turno, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações. Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica. (Pacheco, 2010, p. 21).

A verticalização do ensino promove a integração e a troca de conhecimento entre os diferentes níveis do mundo do trabalho, influenciando metodologias e moldando o currículo como uma rede de saberes interligados (Da Silva, 2015). Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, essa abordagem abrange desde o ensino médio até a pós-graduação, transformando espaços formais e informais de pesquisa e extensão. A verticalização solidifica a educação, rompendo paradigmas tradicionais, fortalecendo a formação dos alunos e contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico e social das comunidades. A verticalização do ensino promove a integração e a troca de conhecimento entre os diferentes níveis do mundo do trabalho, influenciando metodologias e moldando o currículo como uma

rede de saberes interligados (Da Silva, 2015). Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, essa abordagem abrange desde o ensino médio até a pós-graduação, transformando espaços formais e informais de pesquisa e extensão. A verticalização solidifica a educação, rompendo paradigmas tradicionais, fortalecendo a formação dos alunos e contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico e social das comunidades.

3.5 O Instituto Federal do Acre na Amazônia ocidental

No Acre, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) é o único instituto presente, atendendo mais de 7.000 alunos em cursos presenciais. Com seis campi distribuídos nas cinco regiões administrativas do estado, oferece 16 cursos superiores e 30 cursos técnicos integrados e subsequentes. Criado pela Lei Federal nº 11.892 em 2008, o IFAC garante a formação de profissionais qualificados, focando na competitividade econômica e geração de novas tecnologias. Além de apoiar arranjos produtivos locais, promove pesquisa aplicada e difusão de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico. Em 15 anos, o IFAC se destacou em ensino, pesquisa e extensão, sendo reconhecido pela comunidade e instituições locais. Cumpre sua função social ao fortalecer arranjos produtivos, sociais e culturais, promovendo progresso sustentável no Acre. O IFAC desenvolveu o Planejamento Estratégico (2017) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2020) para garantir gestão democrática e consolidar ações, assegurando *compliance* e *accountability*, auditados por órgãos de controle externo e pela sociedade.

Para Ciekalski (2019), *compliance* é o dever de cumprir e guardar conformidade com princípios e regras estabelecidos pela legislação, bem como observar as normas e procedimentos adotados, interna e externamente, por uma organização como forma de reduzir riscos relacionados à reputação e aos aspectos regulatórios.

O termo *compliance* vem sendo explorado de forma até certo ponto exagerada, fato benéfico para a sociedade em geral, diga-se de passagem, pois a ideia transpassa o conceito original de conformidade nas atuações organizacionais, indo além dos padrões preestabelecidos para a intenção de atingir um patamar de mudança cultural no combate e prevenção às perdas, falhas e quebras de regras nas organizações públicas e privadas. (Ciekalski, 2019, p. 56)

Já a ideia de *accountability*, segundo Siu (2011), está relacionada ao processo pelo qual as entidades do setor público e os indivíduos dentro delas são responsáveis por suas decisões e ações, incluindo a gestão dos recursos públicos e todos os aspectos relacionados ao desempenho e aos resultados.

A International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI) (1998) endossa esse consenso, pois considera *accountability* a obrigação imposta aos agentes e entidades públicos de responderem de forma fiscal, gerencial e programática quanto aos recursos que lhes foram conferidos a quem lhes acometeram tais recursos. (Siu, 2011, p. 3).

O uso de mecanismos e ferramentas de gestão é crucial para a efetividade dos processos estratégicos no IFAC, alinhando-se às políticas institucionais e à

legislação vigente. Essa abordagem permitiu ao IFAC implementar importantes mecanismos de gestão e avaliação de indicadores, resultando em avanços significativos. Em 2019, o IFAC foi classificado como a 10ª melhor instituição na Rede Federal e a 3ª na região Norte em gestão e governança, segundo o TCU. O Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (iGG) do IFAC foi de 41%, destacando práticas de liderança e governança. Em 2021, o IFAC recebeu a nota máxima (5) na avaliação do Inep, como parte do credenciamento pelo Sinaes. Nos últimos anos, o IFAC expandiu suas ações em ensino, pesquisa, extensão, tecnologia e ciência, fortalecendo instâncias democráticas e mecanismos de autoavaliação, o que garantiu uma avaliação positiva e evidenciou seu compromisso com a excelência na educação profissional e tecnológica na Amazônia Ocidental.

3.6 O custo amazônico para a educação profissional

Os Institutos Federais foram criados para promover a educação profissional, científica e tecnológica no interior do Brasil, especialmente em regiões remotas e menos favorecidas. Na região Norte, os desafios são ampliados por barreiras geográficas e a distância dos grandes centros, o que eleva os custos de infraestrutura e dificulta a retenção de profissionais qualificados. A logística complexa e a falta de infraestrutura requerem políticas públicas eficazes, como investimentos e incentivos que fortaleçam a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico local. Apesar desses desafios, os Institutos Federais são essenciais para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades. O custo amazônico, que aumenta em cerca de 20% os custos de construção e manutenção, destaca a necessidade de um orçamento que atenda às especificidades locais. No entanto, sucessivos cortes orçamentários anuais tornam o cenário desafiador. Uma abordagem integrada e equitativa é necessária para que a educação profissional cumpra seu papel transformador no Brasil.

Define-se o termo custo amazônico como todo gasto adicional advindo das dificuldades estruturais e naturais que afetam o deslocamento, transporte, comunicação e logística de pessoas e mercadorias na região amazônica. O custo amazônico torna-se fator relevante no aumento do custo de vida nos municípios da região amazônica. (Soares, 2021, p.672 apud Comissão de Desenvolvimento Urbano, 2015, p.1).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), com 15 anos de existência, é uma das instituições mais jovens da Rede Federal e está em processo de consolidação no Acre, o estado mais ocidental da Amazônia. O IFAC enfrenta desafios logísticos devido ao acesso terrestre limitado pela BR-364 e à dependência de uma única linha de energia e internet, ambas sem redundância. Apesar da importância do IFAC para a sociedade acreana, os relatórios de gestão de 2014 a 2021 mostram uma redução orçamentária, dificultando a manutenção e expansão de suas atividades. A verticalização da educação tecnológica no Brasil busca integrar diferentes etapas de formação, promovendo a conexão entre o ensino e o mundo do trabalho, pesquisa e inovação. Isso amplia as oportunidades e fortalece o papel do IFAC no desenvolvimento educacional e tecnológico da região.

Esse lidar, pois, com o conhecimento de forma integrada e verticalizada exige uma outra postura que supere o modelo hegemônico disciplinar; significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos. (Pacheco, 2010, p. 22).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) faz parte da Rede Federal, com a função de formar profissionais qualificados. Ele foca na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias, atendendo às demandas por formação e soluções científicas no Acre. O IFAC também apoia arranjos produtivos locais, promovendo pesquisa aplicada e disseminação de conhecimento para o desenvolvimento socioeconômico da região. A distribuição dos Institutos Federais no Brasil visa interiorizar o conhecimento, impactando significativamente a vida dos estudantes em cada campus. Reconhecer a Educação Profissional como política pública essencial é crucial para o desenvolvimento socioeconômico, exigindo alocação justa de recursos e visão de longo prazo para que instituições como o IFAC continuem promovendo desenvolvimento regional e transformação social.

4. Considerações finais

A formação profissional deve ser vivida como um espaço de aprendizado que integra conteúdo, método e forma, superando o histórico papel segregador e dualista da educação profissional. Nas últimas décadas, uma rede nacional de estabelecimentos técnicos foi desenvolvida, oferecendo educação que combina escolarização, profissionalização, ciência e tecnologia, especialmente em regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Negar oportunidades de educação e qualificação profissional condena os trabalhadores à exclusão dos mercados e processos produtivos, acentuando as desigualdades. Dada a globalização, o desemprego, a baixa escolaridade e a segregação social, a formação profissional, científica e tecnológica deve ser uma política pública prioritária para inserir regiões como a Amazônia Ocidental no desenvolvimento nacional.

O IFAC, apesar de seus desafios orçamentários, tem alcançado excelência ao integrar ciência, tecnologia e formação humanística, focando na tomada de decisão e nos impactos sociais e ecológicos das técnicas produtivas. A educação profissional deve despertar a consciência social e promover um trabalho não alienado, capacitando o planejamento e a gestão de sua execução.

Embora a educação profissional não gere diretamente renda ou desenvolvimento econômico, ela é crucial para a geração de emprego e inclusão social, promovendo a economia popular e solidária através de iniciativas cooperativas e autônomas. A integração entre ciência, tecnologia e sociedade é essencial para a gestão da educação profissional, focando na democratização e emancipação humana. No entanto, sem priorização pelo Estado e os investimentos necessários, esse projeto está vulnerável.

É essencial que a sociedade e suas representações políticas defendam a educação profissional como uma política pública prioritária e estratégica. Um

orçamento justo, que considere as especificidades regionais como o custo amazônico, é necessário para manter e expandir as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Somente assim será possível proporcionar uma educação pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e promotora da emancipação econômica e social no Norte do Brasil.

Referências

ARRETCHE, Marta TS. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126-133, 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 142, p. 18, 26 jul. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01, de 05 de janeiro de 2021**. Definir como Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 07 jan. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 27 dez. 2024.

CIEKALSKI, Felix Alberto. *Compliance* como ferramenta de melhoria da gestão e prevenção à prática da corrupção na administração pública brasileira. 2019.

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **110 Anos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1909-2019)**. Brasília, DF: CONIF, c2019. Disponível em: <https://110anos.redefederal.org.br/#inicio>. Acesso em 05 jul. 2022.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Projeto de Lei nº 3.093, de 2015. **Altera a Lei nº 11.977**, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida PMCMV), entre outros assuntos, para tratar da incorporação de custos diferenciados para empreendimentos na Amazônia Legal. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1389861. Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

DA SILVA, Paula Francisca. **A expansão da educação superior e o trabalho docente no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**. 2015.

FREIRE, Emerson. Tecnólogo e Mercado: uma relação a ser revisitada. **Educação Tecnológica reflexões, teorias e práticas**. Jundiaí, p. 103-15, 2012.

FREIRE, Emerson. Tecno-estética e formação: especulações iniciais a partir de Simondon e Buckminster-Fuller. **Filosofia e Educação**, v. 6, n. 3, p. 235-259, 2014.

FREIRE, Emerson. **Educação Profissional e Tecnológica**: extensão e cultura. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como delinear um levantamento. In: Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 111-128.

GRABOWSKI, Gabriel. **Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

IFAC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Plano Estratégico IFAC 2017-2036**. Acre: 2017. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/planejamento-e-desenvolvimento-institucional>. Acesso em: 5 jul. 2022.

IFAC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Resolução CONSU/IFAC nº 41/2021**. Aprova a 1ª revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 do Ifac. Acre: 2021. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/planejamento-e-desenvolvimento-institucional>. Acesso em: 5 jul. 2022.

IFAC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Relatório de Gestão 2021**. Acre: IFAC, 2021. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/aceso-a-informacao/auditorias/relatorios/RG2021.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

IFAC É O 10º INSTITUTO FEDERAL COM MELHOR ÍNDICE DE GESTÃO E GOVERNANÇA NO PAÍS. **Notícias da Hora**, 2019. Disponível em: <https://www.noticiasdahora.com.br/cidades/geral/ifac-e-o-10-instituto-federal-com-melhor-indice-de-gestao-e-governanca-no-pais.html>. Acesso em: 10 dez. 2022.

IFAC RECEBE NOTA MÁXIMA EM AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO MEC. **Portal Ifac**, 2021. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/noticias/2021/dezembro/ifac-recebe-nota-maxima-em-avaliacao-institucional-do-mec-1>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MALDANER, Jair José. **O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de EPT no Brasil - período 2003-2015**: implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores. 2016. 207 f., il. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 2010.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. 2018.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SIU, Marx Chi Kong. *Accountability* no setor público: uma reflexão sobre transparência governamental no combate à corrupção. **Revista do TCU**, n. 122, p. 80-89, 2011.

SOARES, Maricélia Alves et al. Análise estatística dos impactos gerados pelo custo amazônico nas compras públicas de uma instituição de ensino. **Conjecturas**, v. 21, n. 7, p. 669-688, 2021.

Informações complementares

Financiamento

Não se aplica.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Jefferson Bissat Amim Luís; Kelen Gleysse Maia Andrade; Pedro de Melo Plese.

Coleta de dados: Jefferson Bissat Amim.

Análise de dados: Jefferson Bissat Amim Luís; Kelen Gleysse Maia Andrade; Pedro de Melo Plese.

Discussão dos resultados: Jefferson Bissat Amim Luís; Kelen Gleysse Maia Andrade; Pedro de Melo Plese; José Jair Maldaner; Marcelo Rythowem.

Revisão e aprovação: Jefferson Bissat Amim Luís; Kelen Gleysse Maia Andrade; Pedro de Melo Plese; José Jair Maldaner; Marcelo Rythowem.

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint* (Caso o artigo não tenha disso publicado anteriormente).

Verificação de similaridades

O artigo foi submetido ao iThenticate, em 10 de setembro de 2024, e obteve um índice de similaridade compatível com a política antiplágio da revista Pesquisa e Debate em Educação.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Não há dados disponibilizados.

Utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA)

Caso tenham sido utilizadas ferramentas de inteligências artificial para a redação do texto, elas deverão ser obrigatoriamente mencionadas. Escolher uma das duas opções:

Este artigo contou com auxílio de ferramentas de inteligência artificial (IA) para redação das seguintes seções: enumerar as seções em que contém texto fruto de ferramentas de inteligência artificial (IA). As ferramentas utilizadas foram: mencionar as ferramentas de IA utilizadas.

Este artigo não contou com auxílio de ferramentas de inteligência artificial (IA) para redação de nenhuma das seções.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada

neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editor

Frederico Braidá

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Jefferson Bissat Amim

Possui graduação em Administração com ênfase em Comércio Exterior (FAAO) e em Direito (FAAO). Especialista em Direito Eleitoral, Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil, e em Docência do Ensino Superior (FACUMINAS). Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IFAC). Atualmente, é Técnico Administrativo em Educação do IFAC e acadêmico de licenciatura em História (UFAC), da Especialização em Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (IFAC), e do Programa de Doutorado em Ciências da Educação da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9826495032889144>

Kelen Gleysse Maia Andrade

Graduada em História (UFAC), Mestrado em Letras (UFAC). Foi professora efetiva da Prefeitura de Rio Branco, vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco-SEME até 2018 e do Estado do Acre, vinculada à Secretaria de Estado de Educação e Esporte - SEE até 2013, atuando no Ensino Fundamental e Médio. Tem experiência no Magistério Superior, tendo atuado como professora na Universidade Federal do Acre de 2001 a 2004 e na UNINORTE de 2005 a 2008, na área de História. Atualmente é discente do Doutorado em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077373629333270>

Luís Pedro de Melo Plese

Graduado em Agronomia (Unoeste), Mestre em Solos e Nutrição de Plantas (USP) e Doutor em Engenharia Agrícola (Unicamp). Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do Instituto Federal do Acre durante 10 anos e 6 meses. Docente na área de Meio Ambiente do Instituto Federal do Acre. Docente permanente e Coordenador no Programa de Mestrado Profissional em Ensino Profissional e Tecnológico (ProfEPT). Colaborador no Programa de Doutorado da Bionorte da Universidade Federal do Acre. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6163781969803474>

José Jair Maldaner

Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UNB) e Doutorado em Educação pela Universidade de Brasília (UNB). Atualmente é professor EBT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Campus São Carlos. Atua como docente no Ensino Médio Integrado, Proeja, cursos superiores e no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Tem experiência na área de Filosofia e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Profissional e Tecnológica; Formação Humana Integral; Filosofia da Educação; Direitos Humanos; Ética e Cidadania.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8689074015953702>

Marcelo Rythowem

Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1996), Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (2008) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2017). É professor Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins Campus Palmas. Tem experiência na área de Filosofia, Gestão e Educação. Líder do grupo de pesquisa Práxis: educação, tecnologia e trabalho. Coordenador Institucional do Programa de Mestrado em Rede em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, no IFTO. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5061712494939723>